


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 09 de outubro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, , Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1006185-96.2018.8.26.0037 -  
Classe - Assunto **Procedimento Comum - Direito de Preferência**  
Requerente: Manoel Joao de Oliveira  
Requerido: Cristina Aparecida Afonso

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

MANOEL JOÃO DE OLIVEIRA, qualificado nos autos, promove contra CRISTINA APARECIDA AFONSO o presente pedido de alienação de coisa comum alegando, em resumo, que em ação de separação judicial o imóvel que descreve foi partilhado; que se tornou detentor de cinquenta por cento desse imóvel; que o percentual restante pertence à requerida; que a requerida lhe deve os aluguéis que menciona; que não tem interesse na manutenção desse condomínio, razão pela qual necessária se torna a sua alienação judicial; que deve ser ressarcido das parcelas quitadas do financiamento. Pede o acolhimento do pedido para esse fim.

A requerida contestou a ação aduzindo que não se opõe à venda do imóvel; que o autor não faz jus ao ressarcimento dos valores das prestações do financiamento que pagou; que não se opõe à quitação do financiamento após a venda do imóvel, dela abatendo-se 50% (cinquenta por cento) do valor do imóvel (págs. 44/49).

O autor manifestou-se sobre a contestação (págs. 69/71).

**1006185-96.2018.8.26.0037 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo  
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP  
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

É o relatório.

Não havendo necessidade de produção de outras provas,  
passo a decidir.

Autor e requerida são de fato proprietários do bem descrito  
no pedido inicial na proporção de cinquenta por cento para cada um como pode ser  
verificado pelos documentos de págs. 13/17.

Não há, por outro lado, interesse por parte do autor na  
manutenção do condomínio.

É certo, que a pretensão do autor quanto ao ressarcimento  
das parcelas que pagou do financiamento do imóvel, somente poderão ser objeto de  
discussão em ação própria e não inibem a pretensão formulada.

Assim, e não havendo consenso entre os interessados e  
não comportando o imóvel divisão cômoda, solução outra não existe a não ser a extinção  
do condomínio.

Diante do exposto, acolho o pedido inicial para declarar  
extinto o condomínio em relação ao imóvel descrito no documento de págs. 15/17,  
arcando as partes proporcionalmente com o pagamento das custas processuais e  
honorários de advogado de dez por cento sobre o valor dado a causa, satisfeitos na  
forma do art. 98, § 3º da lei processual civil.

Intime-se.

Araraquara, 11 de outubro de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA